



**Militância Política e
Teórico-Científica da
Educação no**
Brasil

Américo Junior Nunes da Silva
Airã de Lima Bomfim
(Organizadores)

 **Atena**
Editora

Ano 2020



ORDEM E PROGRESSO

**Militância Política e
Teórico-Científica da
Educação no
Brasil**

Américo Junior Nunes da Silva
Airã de Lima Bomfim
(Organizadores)

 **Atena**
Editora

Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Militância política e teórico-científica da educação no Brasil

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Luiza Alves Batista
Correção: Emely Guarez
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadores: Américo Junior Nunes da Silva
Airã de Lima Bomfim

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M644 Militância política e teórico-científica da educação no Brasil / Organizadores Américo Junior Nunes da Silva, Airã de Lima Bomfim. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-501-3

DOI 10.22533/at.ed.013202610

1. Educação. 2. Brasil. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Bomfim, Airã de Lima (Organizador). III. Título.

CDD 370.981

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Fomos surpreendidos, em 2020, por uma pandemia: a do Novo Coronavírus. O distanciamento social, reconhecida como a mais eficaz medida para barrar o avanço do contágio, fizeram as escolas e universidades suspenderem as suas atividades presenciais e pensarem em outras estratégias que aproximassem estudantes e professores. E é nesse lugar de distanciamento social, permeado por angústias e incertezas típicas do contexto pandêmico, que os professores pesquisadores e os demais autores reúnem os seus escritos para a organização deste volume.

O contexto pandêmico tem alimentado uma crise que já existia. A baixa aprendizagem dos estudantes, a desvalorização docente, as péssimas condições das escolas brasileiras, os inúmeros ataques a Educação, Ciências e Tecnologias, são alguns dos pontos que caracterizam essa crise. A pandemia tem escancarado o quanto a Educação no Brasil é uma reprodutora de desigualdades. Portanto, as discussões empreendidas neste Volume 01 de “***Militância Política e Teórico-Científica da Educação no Brasil***”, como o próprio título sugere, torna-se um espaço oportuno de discussão e (re)pensar do campo educacional, assim como também da prática, da atuação política e do papel social do docente.

Este livro, ***Militância Política e Teórico-Científica da Educação no Brasil***, reúne um conjunto de textos de autores de diferentes estados brasileiros e que tem na Educação sua temática central, perpassando por questões de gestão escolar, inclusão, gênero, tecnologias, sexualidade, ensino e aprendizagem, formação de professores, profissionalismo e profissionalidade, ludicidade, educação para a cidadania, entre outros. O fazer educacional, que reverbera nas escritas dos capítulos que compõe essa obra, constitui-se enquanto um ato social e político.

Os autores que constroem esse Volume 01 são estudantes, professores pesquisadores, especialistas, mestres ou doutores e que, muitos, partindo de sua práxis, buscam novos olhares a problemáticas cotidianas que os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos autores e discussões por eles empreendidas, mobilizam-se também os leitores e os incentiva a reinventarem os seus fazeres pedagógicos e no se reconhecerem enquanto sujeitos políticos. Nessa direção, portanto, desejamos a todos e a todas uma produtiva leitura!

Américo Junior Nunes da Silva
Airã de Lima Bomfim

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| CAPÍTULO 1 | 1 |
| GESTÃO ESCOLAR E A COVID-19: DINÂMICAS DE TRABALHO E DESAFIOS PROFISSIONAIS DURANTE A PANDEMIA DE 2020 | |
| Giliard Sousa Ribeiro Maria Carolina de Andrade José | |
| DOI 10.22533/at.ed.0132026101 | |
| CAPÍTULO 2 | 14 |
| A RELEVÂNCIA DO PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA EDUCAÇÃO | |
| Aline Michelle Dib | |
| DOI 10.22533/at.ed.0132026102 | |
| CAPÍTULO 3 | 27 |
| INCLUSÃO ESCOLAR – UM DESAFIO POSSÍVEL | |
| Emera Maria Pinto de Moraes Almeida Benedita Debora Pinto de Moraes Costa Maria Aparecida Moraes Costa | |
| DOI 10.22533/at.ed.0132026103 | |
| CAPÍTULO 4 | 32 |
| VOZES DO PODER: UMA ANÁLISE PRAGMÁTICA DA NARRATIVA MÍTICA “CALÇA MOLHADA” DO MOLA, EM CAMETÁ-PARÁ | |
| Mix de Leão Moia Francisco Wagner Urbano José Luiz de Moraes Franco Zaline do Carmo dos Santos Wanzeler | |
| DOI 10.22533/at.ed.0132026104 | |
| CAPÍTULO 5 | 41 |
| PERSPECTIVA EDUCACIONAL CTS E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO HUMANÍSTICA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL | |
| Sueli da Silva Costa Guilherme Uilson de Sousa | |
| DOI 10.22533/at.ed.0132026105 | |
| CAPÍTULO 6 | 53 |
| DESAFIO CONTEMPORÂNEO: FORMAÇÃO DE PROFESSORES INTERCULTURAL NA AMAZÔNIA COMO DIREITO A EDUCAÇÃO DIFERENCIADA | |
| Simone Rodrigues Batista Mendes | |
| DOI 10.22533/at.ed.0132026106 | |
| CAPÍTULO 7 | 65 |
| A INVISIBILIDADE DA PRESENÇA INDÍGENA NO IEAA/UFAM | |
| Eulina Maria Leite Nogueira | |

Luciane Rocha Paes
Kellyane Lisboa Ramos
Tarcísio Luiz Leão e Souza
DOI 10.22533/at.ed.0132026107

CAPÍTULO 8..... 79

A INDÚSTRIA COMO ESPAÇO EDUCATIVO NA DISCUSSÃO DE GÊNERO E SEXUALIDADE

Ana Paula Speck Feijó
Fabiani Figueiredo Caseira
Joanalira Corpes Magalhães
Paula Regina Costa Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.0132026108

CAPÍTULO 9..... 88

O ENSINO-APRENDIZAGEM NA PERSPECTIVA HISTÓRICO-CULTURAL: CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO

Nara Hilda Batista Rocha
Adriana Rodrigues

DOI 10.22533/at.ed.0132026109

CAPÍTULO 10..... 101

FORMAÇÃO CONTINUADA COMO SUPORTE PARA IMPLEMENTAÇÃO DO DOCUMENTO REFERÊNCIA CURRICULAR PARA MATO GROSSO EDUCAÇÃO INFANTIL

Andreia Cristina Pontarolo Lidoino
Alexandre Gomes Daniel
Nilcéia Frausino da Silva Pinto
Priscila Dayane Rezende Gobetti

DOI 10.22533/at.ed.01320261010

CAPÍTULO 11..... 115

ENTRELAÇAR ENTRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Nilvania de Jesus Santos
Alexandre Américo Almassy Junior

DOI 10.22533/at.ed.01320261011

CAPÍTULO 12..... 125

A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES QUE ATUAM EM SALA DE RECURSOS MULTIFUNCAIONAIS PARA O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO

Edineide Rodrigues dos Santos
Elizete Guedelha de Lima
Rizia Maria Gomes Furtado

DOI 10.22533/at.ed.01320261012

| | |
|---|------------|
| CAPÍTULO 13..... | 136 |
| CONSTRUÇÃO COLETIVA DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: DIÁLOGOS ENTRE A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES E A REALIDADE DE UMA ESCOLA DO/NO CAMPO | |
| Fabiana Muniz Mello Félix Roseli Ferreira Lima | |
| DOI 10.22533/at.ed.01320261013 | |
| CAPÍTULO 14..... | 148 |
| A PRÁTICA PROFISSIONAL INTEGRADA APROXIMANDO SABERES SOBRE SEGURANÇA NO TRABALHO, ESPORTE E CONSTRUÇÃO CIVIL | |
| Antônio Azambuja Miragem Roberto Preussler Valter Antônio Senger | |
| DOI 10.22533/at.ed.01320261014 | |
| CAPÍTULO 15..... | 154 |
| A TUTORIA NA PERSPECTIVA DOS PROFESSORES E ALUNOS DO CURSO DE MEDICINA DA UNIUBE: UM ESTUDO EM REPRESENTAÇÕES SOCIAIS | |
| Letícia Machado Dumont Izadora Cruz Andrade Valeska Guimarães Rezende da Cunha | |
| DOI 10.22533/at.ed.01320261015 | |
| CAPÍTULO 16..... | 164 |
| A FELICIDADE DE SER PROFESSOR NA EDUCAÇÃO INFANTIL: AMOR OU OPÇÃO | |
| Enilda Santos da Silva | |
| DOI 10.22533/at.ed.01320261016 | |
| CAPÍTULO 17..... | 172 |
| GESTÃO ESCOLAR NA ETAPA DA EDUCAÇÃO INFANTIL: POR UM OLHAR INCLUSIVO A CRIANÇA | |
| Rosana Clarice Coelho Wenderlich Caique Fernando da Silva Fistarol | |
| DOI 10.22533/at.ed.01320261017 | |
| CAPÍTULO 18..... | 180 |
| NARRATIVAS DE ESTUDANTES SOBRE OS DIREITOS DE PARTICIPAÇÃO NA ESCOLA | |
| Danielle Araújo Ferreira Marques Carmem Lúcia Sussel Mariano | |
| DOI 10.22533/at.ed.01320261018 | |
| CAPÍTULO 19..... | 189 |
| SABERES NECESSÁRIOS PARA A PRÁTICA DOCENTE NA UNIVERSIDADE | |
| Eva Batista dos Santos Silva Gleici Simone Faneli do Nascimento Paulo Alberto dos Santos Vieira | |

DOI 10.22533/at.ed.01320261019

CAPÍTULO 20..... 197

SABERES E PODERES: A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E A CONSTRUÇÃO DO EMPODERAMENTO SOCIAL NA UEPB/GUARABIRA

Luciana Silva do Nascimento

Estevam Dedalus Pereira de Aguiar Mendes

João Matias de Oliveira Neto

DOI 10.22533/at.ed.01320261020

CAPÍTULO 21..... 210

ACESSO AO SUS POR PESSOAS TRANS DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA A PARTIR NORMATIVA N°2.803/2013

Daniel da Silva Stack

DOI 10.22533/at.ed.01320261021

CAPÍTULO 22..... 222

“PARA ONDE FORAM AS ABELHAS”?: O ENSINO DE ECOLOGIA A PARTIR DO TEATRO DE DEDUCHES

Camila Oliveira Lourenço

Ana Flávia Santos

Antonio Fernandes Nascimento Junior

DOI 10.22533/at.ed.01320261022

SOBRE OS ORGANIZADORES 232

ÍNDICE REMISSIVO 233

CAPÍTULO 2

A RELEVÂNCIA DO PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA EDUCAÇÃO

Data de aceite: 01/10/2020

Data de submissão: 24/07/2020

Aline Michelle Dib

Universidade Estadual Paulista, Faculdade de
Ciências Humanas e Sociais
Franca- São Paulo
<http://lattes.cnpq.br/6786578265927981>

RESUMO: Diante a suspensão de aulas ocasionada pelo Covid-19, muitos alunos beneficiários do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) foram prejudicados e deixaram de receber benefícios relacionados à alimentação, saúde, transporte, inclusão digital e moradia. O Projeto de Lei 901/20 prevê a continuidade do programa durante esse período para que os alunos não percam o apoio social e pedagógico para permanecerem na graduação, mas desde março encontra-se em espera para despacho pelo poder executivo federal. O estudo tem como objetivo analisar a importância do programa constatada por pesquisadores que possa subsidiar argumentos a favor da preservação do programa durante a pandemia. Sob à luz da abordagem metodológica de levantamento bibliográfico, 46 trabalhos foram lidos na íntegra e 12 foram considerados para compor a discussão. Os resultados evidenciaram um grande papel do programa na democratização do ensino superior e no atendimento de demandas sociais determinantes para a permanência dos jovens nas instituições de ensino. Também foi notado que o programa

incide na melhoria de indicadores, como taxa de evasão, e que a sua permanência no período de pandemia é condizente com a função social das instituições de ensino de garantir uma formação emancipatória.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino superior, políticas públicas, assistencialismo, pandemia.

THE RELEVANCE OF THE NATIONAL STUDENT ASSISTANCE PROGRAM IN EDUCATION

ABSTRACT : Due to the suspension of classes caused by Covid-19, many students benefiting from the National Student Assistance Program (PNAES) were harmed and stopped receiving benefits related to food, health, transportation, digital inclusion and housing. The Project of Law 901/20 provides for the continuity of the program during this period to make sure that students do not lose social and pedagogical support to remain in graduation, but since March, it has been waiting for dispatch by the federal executive power. Thus, the study aims to analyze the importance of PNAES found by researchers who can support arguments in favor of preserving the program during the pandemic. In light of the bibliographic methodological approach, 65 works had been reading in full and 12 had considered composing the discussion. The results showed a great role of the program in the democratization of higher education and in meeting the social demands that are crucial for the permanence of young people in educational institutions. It also noted that the program focuses on improving indicators, such as dropout rate, and that its

permanence in the pandemic period is relate with the social function of educational institutions to guarantee emancipatory formation.

KEYWORDS: Higher education, public policies, assistentialism, pandemic.

1 | INTRODUÇÃO

Ainda que as universidades públicas sejam uma ferramenta democratizante do acesso, as circunstâncias para se manter em um curso de graduação e pós graduação ainda são determinantes para que a taxa de evasão de alunos se manifeste em uma curva crescente ao decorrer dos anos. O novo viés governamental perpetuado a partir dos anos 90, deu espaço para que as políticas públicas educacionais pudessem florescer e gerar frutos para a sociedade em diversos setores, como saúde, educação e tecnologia.

Mesmo assim, é de reconhecimento geral que boa parte dos jovens de baixa renda do país vivem em uma realidade em que não há espaço para a educação, pois a necessidade de adentrar no mercado de trabalho para sobreviver é mais evidente. Uma grande ação estatal no Brasil foi a implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que concedeu auxílios básicos, como de alimentação, moradia e acessibilidade, para que estudantes possam concluir seus cursos nas universidades federais do país.

O surto de coronavírus obrigou que a sociedade entrasse em isolamento social e suspendeu as atividades acadêmicas presenciais previstas para o ano de 2020. Entretanto, a permissão do MEC para o ensino remoto fez com que as universidades se preocupassem com a elevada desigualdade de acesso e com os prejuízos pedagógicos que poderiam surtir. É nesse momento que ações estratégicas de políticas assistencialistas, como o PNAES, podem contribuir com diminuição das consequências desses problemas estruturais.

Nesse sentido, vimos a necessidade de realizar um estudo com teor científico que pudesse analisar o desenvolvimento do PNAES nos últimos anos, bem como verificar a importância do programa para a educação nacional. Para tanto, analisamos pesquisas coletadas por meio de um levantamento bibliográfico e contamos o subsídio de pressupostos teóricos para realizar inferências com o tema.

2 | ESTEIO HISTÓRICO DA CONSOLIDAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

Em um país taxado pelo seu elevado índice de desigualdade social, o Brasil ainda apresenta aspectos econômicos subalternos à grandes potências mundiais e, internamente, ainda sofre com uma classe opositora no que tange à alocação dos recursos públicos para atender demandas sociais. Após, a Segunda Guerra Mundial, o controle governamental do país passou se apresentar como política autoritária, situação que se agravou nos anos regidos pelo sistema de Ditadura Militar, e concebeu o Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968 (BRASIL, 1968).

Apesar do modelo ditatorial permanecer até o início da década de 80, resquícios do AI-5 permaneceram por muitos anos em atos normativos decretados no período e em interesses vigentes na sociedade. Os ideais de censura à ciência, aos meios de comunicação e a licença para tortura não eram de acordo com os pressupostos de instituições de ensino que estimulavam o senso crítico e defendiam os direitos humanos.

Além da censura exorbitante, as universidades também tiveram que lidar com a perseguição de docentes, gestores públicos e até estudantes, que repercutiam desde atos de violência até restrição nos repasses de verbas (MOTTA, 2008). Isso fez com que o ensino superior no Brasil se consolidasse em meios de muitos embates influenciados pelo capitalismo que questionavam a obrigatoriedade do ensino superior gratuito no país.

Somente a partir dos anos 90 que o Brasil passou a tomar medidas condizentes com a democratização do acesso ao ensino devido ao papel de maior responsabilidade concedido ao Estado diante das pautas sociais. Assim, as políticas públicas tomaram um espaço nunca tido antes e passaram a condicionar o desenvolvimento de indicadores socioeconômicos que satisfaziam os gestores públicos e poderiam atenuar a nódoa de país subdesenvolvido.

Baseados em pressupostos de cidadania, as políticas assistencialistas entoaram em grandes áreas como saúde, segurança e educação, dando subsídio para a incessante busca de condições humanitárias de sobrevivência para a sociedade. No entanto, o sistema econômico produtivo ainda ocupava espaço nas agendas governamentais e o mercado de trabalho cada vez mais evidenciava a necessidade de inserir mão de obra qualificada, fato que motivou investimentos para a formação profissional.

Assim, medidas relacionadas à qualidade do ensino público superior foram implementadas em formatos de políticas avaliativas e programas educacionais ao longo do começo do século XXI. Um grande exemplo disso é o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), que desde 2009 utiliza os resultados da avaliação como forma de ingresso nas universidades federais do país. Outra grande implementação foi o ProUni, programa de inclusão de jovens e adultos com baixa renda nas universidades privadas.

No entanto, ainda que com maior disposição de recursos destinados às universidades, pairava no ar a indagação a respeito das grandes taxas de evasão. De acordo com dados fornecidos pelo MEC, a média de evasão no Brasil nos anos de 2005 até 2009 beiravam em torno de 25% anualmente no ensino superior (MEC, 2014), sendo considerada um valor elevadíssimo e passasse a preocupar os gestores públicos a respeito das condições que ocasionavam o abandono dos estudantes da formação superior.

Ao tratar de evasão do ensino, lidamos a subjetividade intrínseca às condições individuais de cada sujeito, mas não podemos desconsiderar que há estudos com teor científico elevado que se propuseram a mapear as similaridades entre os casos de evasão por alunos de cursos de ensino superior. O estudo de Albuquerque (2008), evidenciou que as condições de permanência na universidade eram associadas, em muitas vezes,

com dificuldades financeiras para o transporte, alimentação e aquisição de equipamentos necessários para o estudo, tais como: livros, computadores, esquadros e instrumentos específicos de cada curso.

Cruz e Hourí (2017) chamam atenção para os principais prejuízos da evasão estudantil que são associados desde perdas de investimento até a desmotivação de indivíduos em relação às atividades laborais. Em uma pesquisa feita pela Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) foi constatado que um aluno em 2009 tinha em média um custo de 15 mil reais ao ano para ser mantido em uma universidade pública de ensino brasileira (OCDE, 2016). Já em um relatório de 2018 disponibilizado pelo MEC sobre despesas das universidades, o custo médio em um aluno foi estimado em 37.551 por ano.

Desse modo, percebe-se a importância de direcionar ações pontuais para minimizar os índices de evasão, de repetência e também para proporcionar condições básicas para que estudantes se mantenham no período de formação. Afinal, a democratização do ensino superior não pode ser condicionada à fatores estruturais que os estudantes não possuem controle direto, como a desigualdade de renda e de condições de acesso ao ensino. Nessa linha, surgiu em julho de 2010, por meio do Decreto nº 7.234, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), com a finalidade precípua de ampliar as condições de permanência nas universidades públicas (BRASIL, 2010).

3 | PRINCIPAIS ASPECTOS DO PNAES E SITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO NA PANDEMIA

Decretada em um momento que as políticas públicas eram pautas presentes nas agendas governamentais, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, incidiu sobre muitos aspectos que tornam a educação brasileira mais inclusiva, com respeito à liberdade de ideias e com maior valorização do trabalho docente. O direito ao ensino público, estipulado pela LDB, defende, entre outros aspectos, logo em seu Art. 3, inciso I, a “igualdade de condições para o acesso e permanência” (BRASIL, 1996).

Ainda que na teoria o direito era presente, na prática, milhares de jovens do país eram obrigados a abandonar o ensino superior e aderirem profissões informais por condições de sobrevivência. Mais de 10 anos depois é que as políticas educacionais passaram a ocupar uma posição ainda mais pontual e atuar frente à grandes lacunas expostas pela desigualdade socioeconômica.

O surgimento do PNAES como política assistencialista educacional se propunha a selecionar, diante de critérios previamente estabelecidos com as instituições, estudantes com mesmo perfil socioeconômico para receberem benefícios ligados à alimentação, transporte, saúde, esporte, inclusão de portadores de deficiência, apoio pedagógico, creche e inclusão digital (BRASIL, 2010). Mais especificamente, os objetivos do programa determinados pelo Art. 2 do Decreto nº 7.234 são:

I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. (BRASIL, 2010).

Apesar dos requisitos de adesão e quantidades de alunos beneficiados ser de autonomia das próprias instituições definirem de acordo com as suas particularidades, cabe ainda tratar que o PNAES estabelece um grande papel das universidades no que tange ao acompanhamento e mecanismos de controle para avaliar a eficiência do programa e evitar possíveis fraudes (BRASIL, 2010).

Milhares de alunos de instituições de todo país usufruem benefícios do programa que é utilizado para investimentos em moradias estudantis, restaurantes universitários e aquisições tecnológicas, como de computadores, para igualar as condições de estudos entre os jovens nos ambientes acadêmicos. Entretanto, a pandemia do novo coronavírus surgiu e fez com que o calendário acadêmico dos estudantes brasileiros sofressem expressivas alterações.

Ao começar pela suspensão de aulas decretada pela Portaria nº 343 de março de 2020 (MEC, 2020a), que deu início em muitas mudanças relacionadas à gestão e políticas educacionais, possibilitando a adesão do ensino remoto às instituições de ensino básico, superior e profissionalizantes, alterando datas de avaliações em larga escala e trazendo incerteza aos estudantes sobre a volta da normalidade.

Devido às orientações do Ministério da Saúde, a suspensão de aulas foi sendo prorrogada e formalizada por meio da Portaria nº 544 de junho de 2020 (MEC, 2020b), que permitiu o ensino remoto até dezembro de 2020. Ademais, as medidas de retomada no ensino superior tomaram um caminho mais lento. Até o início do mês de julho, constatamos que somente 24% das instituições públicas haviam aderido a modalidade virtual dentre as 69 universidades espalhadas pelo Brasil.

É necessário ressaltar que a demora das universidades nacionais para a adesão do ensino remoto é ligada à evidente desigualdade de acesso virtual, no país, que impossibilitaria que os estudantes continuassem o ensino de casa. Isso porque, muitos dos jovens brasileiros dependem dos recursos tecnológicos dos câmpus em que estudam. Ainda que sejam recursos comumente utilizados nas práticas sociais da sociedade hodierna, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) constatou por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) que 46 milhões de pessoas no país ainda não possuem acesso à internet (IBGE, 2018).

O embate para implementar medidas que pudessem atenuar essa questão se tornou cerne de discussões públicas em busca de ações estratégicas que poderiam minimizar os prejuízos pedagógicos que ecoarão por anos na educação brasileira. O Projeto de Lei 901/2020 de março de 2020 previa a obrigatoriedade da continuação do PNAES como

forma de garantir a manutenção de aspectos como alimentação, saúde e acesso virtual no período de isolamento, mas até o encerramento deste estudo ainda não tinha sido despachado pelo poder executivo federal e, conseqüentemente, ainda não estava vigente.

Outra medida proposta foi o MEC anunciar uma parceria com a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RPN) para ofertar pacotes de internet móvel aos estudantes de baixa renda do ensino superior (RNP, 2020). Além disso, ações independentes de universidades, como a Universidade de Brasília (UNB), vem alocando seus recursos e mapeando a quantidade de alunos com precariedade de acesso para estruturar medidas assistencialistas (UNB, 2020).

Considerando que 1 a cada 4 brasileiros vive com menos de 420 reais por mês (IBGE, 2019), notamos que mesmo com as ações interventivas que vem sendo tomadas no ano de 2020, a desigualdade socioeconômica no país exige que investimos cada vez mais em políticas com grande potencial de impacto, como o PNAES, capazes de garantir condições básicas de sobrevivência e acesso à educação. À vista disso, seguiremos para a próxima seção, em que foi tratado sobre os pressupostos metodológicos utilizados no estudo para corroborar a dedutiva.

4 | METODOLOGIA

O percurso metodológico do estudo foi essencial para garantir o grau adequado de cientificidade do campo de conhecimento analisado, de forma que a amplitude dos fatos fosse delimitada sob a ótica de investigação. Para tanto, nesta seção buscamos clarificar como as decisões metodológicas foram minuciosamente selecionadas para atender as finalidades do trabalho. Assim, com o intuito de investigar a relevância do PNAES exposta na literatura recente, vimos a necessidade de realizar um estudo de caráter qualitativo exploratório. De acordo com Godoy (1995) a pesquisa qualitativa é capaz de compreender fenômenos de um contexto que precisam ser analisados diante de uma perspectiva integrada, considerando diversos pontos de vista relevantes sobre o objeto de estudo.

A escolha da técnica de levantamento bibliográfico se deu por considerarmos que a exploração de documentos previamente manipulados sob um novo enfoque pode fornecer ao pesquisador resultados desconhecidos e inéditos. Para Trujillo (1974) esse tipo de análise permite que os estudiosos façam um reforço paralelo no exame e manipulações de informações. Nessa linha, optamos por aderir a segregação de etapas delimitadas por Cervo e Bervian (1976), que, respectivamente, são: uma fase de coleta, seguida por uma etapa de análise e interpretação dos dados e, por fim, a divulgação dos conhecimentos em uma discussão sumária.

Primeiramente, a fase de coleta de dados, responsável por filtrar a grande quantidade de informações produzidas pela humanidade (BARBOSA, 1998), foi realizada por meio do cruzamento de termos restritivos sobre o tema em dois portais de pesquisa científica, o

Periódico Capes e o *Scientific Electronic Library* (SciELO). Os termos utilizados no sistema de busca avançada nos sistemas foram “ensino superior” e “assistência estudantil”.

Para garantir a confiabilidade do estudo e priorizar olhares mais recentes, que seriam pertinentes para analisar a importância atual do programa de assistência, foram definidos alguns filtros para serem utilizados no momento de coleta de dados, estes são: 1) serem publicados em periódicos revisados por pares; 2) serem publicados durante um espaço de tempo de 10 anos, de julho de 2010 até julho de 2020; 3) serem estritamente relacionados com o tópico de análise do PNAES como política assistencialista educacional.

Na primeira fonte de busca, no Periódico Capes, após o cruzamento dos dados e aplicação dos filtros, foram encontrados 38 artigos. Em seguida, no sistema do SciELO foram encontrados mais 27 trabalhos. O procedimento de utilização de coleta foi repetido para ter sua confiabilidade mantida. Todos os artigos foram submetidos a uma leitura prévia, a fim de compreender se estavam relacionados com o PNAES e se seriam realmente contribuintes como objeto de pesquisa de acordo com os critérios estabelecidos. Após a fase de leitura, realizamos a exclusão de trabalhos repetidos, obtendo 12 estudos selecionados, no total.

No que tange à metodologias, em sua maioria os estudos apresentaram-se baseados em abordagens qualitativas e apenas 2 usaram contribuições de abordagens quantitativas em seu escopo. Neste ínterim, esboçamos no Quadro 1 as principais características da amostra analisada.

| Técnica de Pesquisa | Base de Dados/ Etapas | Palavras chave utilizadas | Total de arquivos selecionados | Estrutura metodológica utilizada |
|-------------------------------|---|--|--------------------------------|---|
| 1. Levantamento Bibliográfico | 1.1 Periódico Capes | 1.1.1 Ensino Superior e Assistência Estudantil | 7 | 1.1.2 Os 7 trabalhos possuem abordagens qualitativas |
| | 1.2 <i>Scientific Electronic Library</i> (SciELO) | 1.2.1 Ensino Superior e Assistência Estudantil | 5 | 1.2.2 No total de 3 trabalhos com abordagens qualitativas |
| | | | | 1.2.3 Somente 2 trabalhos com abordagens quantitativas |

Quadro 1- Base Metodológica do Estudo

Fonte: elaboração própria.

Em prosseguimento, os artigos foram submetidos a uma nova leitura aprofundada e os principais dados foram esboçados em uma planilha para serem submetidos às fases de análise e interpretação.

5 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

Inicialmente, trataremos de aspectos gerais dos trabalhos. As duas fontes de busca selecionadas permitiram encontrar pesquisas que se enquadrassem nos critérios definidos. A pluralidade de artigos com metodologias qualitativas demonstram que as principais abordagens sobre o tema vem sendo feitas para a compreensão de particularidades temporais para o estudo de fenômenos. Dentre as metodologias da pesquisa qualitativa, a pesquisa documental e bibliográfica se sobressaíram dentre as mais aderidas.

Outro ponto a se considerar, é que todas as pesquisas conseguiram cumprir com seus objetivos propostos e em unanimidade defendem o PNAES como um compromisso público necessário entre os estudantes e o direito nacional à educação. Assis et al (2013) analisaram projetos feitos por meio do incentivo do PNAES em diversas faculdades, como UFRJ, UFV, UFU, UFMS e UFMT, e concluíram que a liberação de recursos orçamentários prevista pelo PNAES permite que as instituições operem serviços e programas sociais em grande escala, que vão de acordo com a proposta de desenvolvimento do tripé universitário - ensino, pesquisa e extensão.

Vasconcelos (2010) realizou um estudo ainda no ano de implantação do programa e reafirmou o interesse dos profissionais da área de educação em obter um auxílio governamental na estrutura que o PNAES se apresenta. A autora frisou o acesso à educação ser restrito a classe dominante em consequência da negação dos efeitos da desigualdade no ensino por muitos anos no país, e associou a falta de medidas antecedentes ao surgimento do programa ao baixo incentivo financeiro concedido às instituições.

O estudo de Gomes e Passos (2018) preocupou-se em examinar a implantação do programa nos institutos federais desde seu início. Os autores enfatizam que houve um amadurecimento das propostas do PNAES ao longo dos anos e, atualmente, que o direcionamento tomado pela política é muito mais voltado para minimizar os efeitos das desigualdades sociais regionais e particulares. As práticas desenvolvidas nos institutos, além de proporcionar condições humanas básicas de sobrevivência, fomentam o protagonismo estudantil, favorecem a integração social, a inclusão de minorias e incentivam a prática de esportes.

Lima e Ferreira (2016) mapearam que os serviços assistenciais de algumas universidades federais e viram que elas abrangem tópicos previstos no Decreto 7.234/10 e ainda variam em propostas específicas para a demanda interna, como a implementação de programas de apoio à gestantes, programas de concessão de materiais didáticos, bolsa cultura, apoio em eventos e auxílio para compra de óculos e medicamentos, por exemplo. Isso evidencia que a autonomia na alocação de recursos do PNAES permite que as instituições não implementem ações padronizadas que desconsideram as singularidades de cada comunidade acadêmica, fato muito importante a ser considerado quando tratamos políticas públicas educacionais.

Entretanto, Garcia e Maciel (2019) se atentam para um quesito determinante da existência das políticas atuais: em momentos de crise econômica, são as primeiras a serem cortadas como forma de retenção de gastos. Com o isolamento social e a restrição do funcionamento de comércios, determinados pelo Ministério da Saúde, o país tende a enfrentar uma crise econômica, que de imediato veio prejudicando alunos beneficiários do PNAES, já que o MEC permitiu a adesão do ensino remoto em março de 2020, antes de munir a população contra a desigualdade de acesso.

Sob uma ótica epistemológica, Recktenvald, Mattei e Pereira (2018) analisaram o programa federal e detectaram que a política seria mais efetiva se fosse solidificada em formato de Lei Federal, “uma vez que um decreto é insipiente e condicionado às intenções de governos, que são transitórios” (RECKTENVALD, MATTEI, PEREIRA, 2018, p. 407). Os autores ainda criticam as burocracias que impedem que os alunos usufruam dos recursos e advogam que deveriam ser investidos em formas de promover maior facilidade para o acesso às ações assistencialistas.

Trazendo esse aspecto para a realidade do Brasil no ano de 2020 e considerando pressupostos discutidos no corpo teórico deste trabalho, as demandas reais dos beneficiários do programa, apesar de serem subjetivas em cada organização familiar e ainda que exista uma variação de intensidade, tendem a estar relacionadas às dificuldades financeiras, falta de acesso digital, falta de equipamentos tecnológicos e desmotivação para continuar a formação na modalidade de ensino remoto. A partir dessas demandas reais, as universidades deveriam ter facilidade para implantar iniciativas que assegurem a permanência dos jovens nas instituições e minimizem as taxas de repetência, sem ficarem condicionadas aos trâmites judiciais que necessitam de um longo período de tempo para se estabelecerem.

Imperatori (2017) defende essa linha de argumentação que coloca o PNAES em uma categoria política de garantir um padrão de proteção social amplo e associa seus fundamentos básicos como algo que perpassa integralmente pela esfera de direitos humanos. A autora considera o percurso histórico do país um afronte às políticas sociais, uma vez que os programas e projetos de assistência educantil são invisibilizados e determinados por relações clientelistas nas novas concepções dadas à educação, ainda que ofertada no ensino público.

No estudo de Andrade e Teixeira (2017) é nitidamente possível ver ligação do PNAES, sob o prisma da invisibilidade, com as incompreensões disso na sociedade. Os autores consideram que os termos “assistência” e “necessidade” devem ser problematizados para gerar uma consciência compartilhada de que promover ações assistencialistas não se reduz à oferta de subsídios materiais quando conveniente para os gestores públicos, e que é preciso apreender outras formas de contribuições de melhoria para atender às necessidades dos estudantes.

A perspectiva dos estudantes a respeito do programa também deve ser considerada. Estrada e Radaelli (2017) aplicaram um questionário com pretensão de investigar aspectos do PNAES sob a perspectiva dos estudantes e verificaram que 48% da sua amostra probabilística estratificada consideram como algo fundamental, apenas 1% considerou que os estudantes se manteriam sem os auxílios ofertados, e o restante se manifesta a favor, mas acreditam que as bolsas deveriam ser restritas aos estudantes que precisam mais, ainda que já haja uma seleção. Nesse mesmo estudo, 72% dos alunos consideram que a verba destinada ao programa federal deveria ser maior já que é elevado o número de alunos que dependem dele e nem todos são atendidos.

Já Machado e Pan (2016) deram voz aos estudantes por meio da metodologia de grupo focal. Os autores constataram que os alunos não trataram de forma individualista a desigualdade que se manifesta na sociedade, e ainda que tivessem surgido divergências ético-políticas durante a discussão, foi gerado um senso comum no que tange ao reconhecimento de que há uma parcela de estudantes que carecem do auxílio de políticas sociais. O formato do estudo permitiu que os estudantes (re) pensassem seus posicionamentos e construíssem sentidos compartilhados sobre o cotidiano dos estudantes.

Outro grande aspecto interessante para mencionar são as consequências do PNAES na vida dos universitários brasileiros. Lima e Melo (2016) entrevistaram contemplados com algum tipo de assistência, como moradia, alimentação ou intercâmbio estudantil, e revelaram que o grupo se expressou concordante em relação às mudanças no desempenho acadêmico e qualidade de vida pessoal. Há registros de melhoria psíquica no grupo pesquisado, de melhoria nas notas e aumento no interesse em participar das atividades acadêmicas. No geral, os autores apuraram que o programa tem um grande papel na formação emancipatória dos estudantes, que depois da assistência, procuraram se manter independentes e buscar estabilidade financeira.

Para Chaves e Silveira (2018), apesar dos benefícios comprovados, o PNAES apresenta seu potencial de abrangência limitado pela influência neoliberal no país, que defende disposições tal como a redução do papel do Estado nas demandas sociais. Ainda que tenham surgido algumas inovações nos programas e serviços oferecidos por meio do programa, as universidades são cada vez mais pressionadas e continuam tendo grandes desafios para se manter como instituições gratuitas, democráticas e de qualidade.

Ademais, as condições de desigualdade do país ainda são agravantes e situações imprevistas, como a pandemia, podem desestruturar ainda mais os indicadores sociais. Assim, no que concerne às políticas assistencialistas, como o PNAES, é preciso considerar que estas têm uma grande relevância na contribuição para a formação crítica e profissional de indivíduos, e portanto, garantir seu funcionamento em quaisquer circunstâncias é uma convenção com os direitos humanos e direitos à educação.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das análises podemos constatar que a atuação direta do PNAES nas lacunas associadas às disparidades de renda é impulsora de consequências que vão desde o impacto pessoal na vida de um indivíduo até o impacto coletivo na minimização da desigualdade. O olhar do programa para as necessidades específicas da comunidade acadêmica são muito além de um mero auxílio financeiro temporário, conjugam-se como chave mestra fundamental para abrir as portas do ensino superior e de melhores oportunidades no mercado de trabalho.

O papel emancipador na formação cidadã dos indivíduos também foi identificado nas análises, reiterando a relevância do programa no que se refere à construção do futuro dos beneficiários. Também é preciso considerar que a educação brasileira se fortaleceu ao longo de sua história, e uma grande vitória capaz de proporcionar maior democratização do ensino no país, foi o surgimento de políticas, como o PNAES.

O ano de 2020 foi um marco na educação nacional, que reordenou seu formato de ensino, mas não foi capaz de proporcionar as mesmas condições de aprendizagem para todo os anos. Por isso, em relação à continuidade do PNAES durante o período de pandemia, pontuamos que é uma medida extremamente necessária para garantir condições básicas de sobrevivência aos estudantes e minimizar os prejuízos pedagógicos de alunos inscritos em universidades que aderiram a modalidade de ensino remoto.

Por fim, observamos que a permanência e ampliação dos serviços de apoio e práticas assistencialistas são restringidas pela influência neoliberal regente na sociedade, mas que as condições de vulnerabilidade em que boa parte da sociedade brasileira vive ainda dependem da contribuição de programas assistencialistas.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, T. Do abandono à permanência num curso de ensino superior. **Sísifo - Ciências da Educação**, n. 7, p. 19-28, set./dez., 2008.

ANDRADE A. A. J.; TEIXEIRA M. A. P. Áreas da política de assistência estudantil: relação com desempenho acadêmico, permanência e desenvolvimento psicossocial de universitários. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 22, n. 2, p. 512-528, jul. 2017.

ASSIS A. C. L. et al. As Políticas de Assistência Estudantil: experiências comparadas em universidades Públicas Brasileiras. **GUAL**, Florianópolis, v. 6, n. 4, p. 125-146, 2013.

BARBOSA, E. F. Instrumentos de coleta de dados em pesquisas educacionais. **Educativa**, n.12, out. 1998.

BRASIL. **Ato institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968. Disponível em:** http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm. Acesso em: 12 maio 2020.

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010.** Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 12 jun. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.394/1996.** Dispõe sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 20 jun. 2020.

BRASIL. **Projeto de lei 901/2020.** Dispõe sobre a manutenção das ações de assistência estudantil em períodos de suspensão de aulas decorrentes de medidas sanitárias. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2241805>. Acesso em: 12 jun. 2020.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia Científica.** São Paulo: McGraw-Hill, 1976.

CHAVES J. C.; SILVEIRA F. A. Ensino superior e política de assistência estudantil: repensando a formação universitária. **Educação e Cultura Contemporânea**, v. 15, n. 40, p. 224-250, 2018.

CRUZA A. G. HOURI M. S. Centralidade nas Ações de Permanência para Enfrentar As Taxas de Evasão na Educação Superior. **Unisul**, Tubarão, v.11, n. 19, p. 173 - 187, jan. 2017.

ESTRADA A. A.; RADAELLI A. A Política de Assistência Estudantil em uma Universidade Pública: a perspectiva estudantil. **Política e Gestão Educacional Online**, n. 16, p. 32-47, feb. 2017. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9359>. Acesso em: 12 jun. 2020.

GARCIA D. R. N. S.; MACIEL C. E. Concepções de Estado e a Materialização do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). **Educação**, Santa Maria, v. 44, p. 1-21, 2019.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n.3, p. 20-29, 1995.

GOMES M. O.; PASSOS A. O. de. A Implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) nos Institutos Federais. **Políticas Públicas**, São Luís do Maranhão, v. 22, n. 1, p. 416-442, 2018.

IBGE. **Acesso à Internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal**, 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?edicao=27138&t=sobre>. Acesso em: 21 jun. 2020.

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais**, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?=&t=downloads>. Acesso em: 03 jul. 2020.

IMPERATORI T. K. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 129, p. 285-303, maio/ago. 2017.

LIMA W. A. S.; FERREIRA C. L. **Meta avaliação**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 22, p. 116-148, jan./abr. 2016.

LIMA M. C. N.; MELO M. C. O. de. L. Programa nacional de assistência estudantil: uma avaliação de estudantes de baixa condição socioeconômica em uma universidade pública. **Meta avaliação**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 23, p. 216-247, maio/ago. 2016.

MACHADO J. P.; PAN M. A. G de S. Direito ou benefício? Política de assistência estudantil e seus efeitos subjetivos aos universitários. **Estudos de Psicologia**, v. 21, n.4, p. 477-488, dez. 2016.

MEC. **Relatório Educação para Todos**, 2014. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15774-ept-relatorio-06062014&Itemid=30192. Acesso em: 02 jun 2020.

MEC. **Relatórios de Gestão. 2018**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=138311-relatorio-de-gestao-mec-2018-27&category_slug=janeiro-2020&Itemid=30192. Acesso em: 19 jul. 2020.

MEC. **Portaria MEC nº 343, de 17 de março de 2020**. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. 2020a. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>. Acesso em: 12 jul. 2020.

MEC. **Portaria nº 544, de 16 de junho de 2020**. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus. 2020b. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-544-de-16-de-junho-de-2020-261924872>. Acesso em: 12 jul. 2020.

MOTTA R. P. S. V. Os olhos do regime militar brasileiro nos campi. As assessorias de segurança e informações das universidades. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 16, p. 30-67, jun. 2008.

OCDE. **Education Indicators**. 2016. Disponível em: http://www.oecd-ilibrary.org/education/education-at-a-glance-2016/indicator-b1-how-much-is-spent-per-student_eag-2016-16-en. Acesso em: 12 maio 2020.

RECKTENVALD M.; MATTEI L.; PEREIRA V. A. Avaliando o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) sob a ótica das epistemologias. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 23, n. 02, p. 405-423, jul. 2018.

RPN. **Alunos de baixa renda de instituições federais terão acesso à internet**. Disponível em: <https://www.rnp.br/noticias/alunos-de-baixa-renda-de-instituicoes-federais-terao-acesso-internet>. Acesso em: 03 jul. 2020.

TRUJILLO, F.A. **Metodologia da ciência**. 3. ed. Rio de Janeiro: Kennedy, 1974.

VASCONCELOS N. B. Programa Nacional De Assistência Estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. **Ensino em Revista**, Uberlândia, v.17, n.2, p. 599-616, jul./dez.2010.

UNB. **UnB garante auxílios a estudantes de baixa renda durante pandemia da Covid-19**. Disponível em: <https://noticias.unb.br/76-institucional/4044-unb-busca-assegurar-alimentacao-de-estudantes-de-baixa-renda-durante-pandemia-do-covid-19>. Acesso em: 02 maio de 2020.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abelhas 222, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231

Aprendizagem Interdisciplinar 148

Assistencialismo 14

Atendimento Educacional Especializado 28, 29, 31, 125, 126, 128, 129, 130, 131, 133, 134, 135

Autonomia 18, 21, 27, 45, 48, 53, 55, 63, 72, 107, 123, 132, 170, 195, 213, 218, 219

C

Cidadania 16, 30, 43, 44, 52, 55, 58, 115, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 172, 174, 181, 182, 217, 220

Coletividade 45, 120, 136, 192

Coronavírus 1, 3, 5, 11, 12, 13, 15, 18, 26

CTS 41, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 50, 51, 52

D

Desenvolvimento Humano 88, 89, 90, 91, 93, 94, 95, 97, 98, 99, 106, 127, 173, 183

Desenvolvimento Sustentável 115, 116, 117, 119, 120, 121, 123

Diálogo 10, 41, 49, 83, 102, 121, 136, 138, 139, 140, 143, 145, 149, 150, 151, 179, 185, 193, 194, 195, 205, 225, 229

Direito 5, 17, 21, 26, 28, 53, 54, 55, 57, 58, 63, 64, 67, 102, 117, 125, 126, 127, 131, 140, 151, 172, 173, 174, 175, 177, 178, 180, 198, 200, 205, 211, 214, 218

Docência Universitária 189, 196

Documento Referência Curricular 101, 102, 103, 106, 107, 108, 110, 111, 112, 113

E

Ecologia de Saberes 197, 198, 203, 205, 206, 209

Educação 2, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 58, 59, 60, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 77, 78, 81, 85, 87, 88, 89, 99, 101, 102, 103, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 182, 183, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 193, 194, 195, 196, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 208, 211, 219, 223, 225, 230, 231, 232

Educação Ambiental 115, 116, 117, 118, 119, 120, 122, 123, 124, 144, 232

Educação do Campo 135, 136, 138, 139, 140, 142, 143, 144, 146, 147
Educação Inclusiva 28, 31, 126, 128, 130, 131, 134, 135, 172, 175, 176, 177, 178, 179
Educação Infantil 27, 30, 101, 102, 103, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 164, 165, 166, 167, 168, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179
Educação Profissional 41, 47, 48, 49, 50, 142, 149
Empoderamento 80, 197, 202
Ensino-Aprendizagem 4, 10, 88, 90, 98, 100, 153, 180, 185, 190, 223, 229
Ensino de Ecologia 222, 230
Ensino Remoto 1, 4, 5, 11, 15, 18, 22, 24
Ensino Superior 2, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 24, 25, 61, 62, 63, 65, 67, 73, 158, 160, 161, 189, 190, 191, 195, 196, 203, 232
Equilíbrio Ecológico 222, 224, 225, 229
Espaço Educativo 46, 51, 79

F

Formação Básica 6, 56, 148
Formação Continuada 6, 41, 101, 102, 103, 104, 105, 109, 112, 113, 114, 125, 128, 131, 132, 133, 136, 138, 139, 141, 142, 143, 144, 145, 167
Formação de Professores 4, 5, 41, 51, 53, 54, 55, 57, 58, 59, 61, 62, 63, 64, 72, 73, 77, 90, 112, 114, 125, 130, 131, 140, 189, 193, 195, 196, 197, 201, 202, 203, 232
Formação Docente 62, 99, 104, 136, 138, 146, 163, 189, 194, 196, 207, 231
Formação Humanística 41, 43, 45, 46, 47, 50, 51, 162
Formação Técnica 148, 150, 182

G

Gênero 79, 80, 81, 82, 84, 85, 86, 87, 180, 182, 189, 204, 210, 211, 212, 214, 216, 217, 218, 219, 220, 221
Gestão Escolar 1, 6, 10, 13, 140, 172, 175, 176, 177, 179

I

Identidade 37, 78, 81, 136, 139, 140, 142, 145, 146, 153, 166, 168, 173, 175, 200, 201, 202, 208, 211, 214, 216, 217, 219, 220, 221
Inclusão 14, 16, 17, 18, 21, 27, 28, 29, 30, 31, 77, 80, 87, 94, 95, 125, 126, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 140, 141, 148, 151, 172, 173, 174, 177, 178, 179, 219
Indígena 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 200
Integração Curricular 148

Interculturalidade 53, 58, 63, 64

J

Juventude 180, 187, 188

M

Medicina 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 163, 205, 210, 211, 220

Mercado de Trabalho 15, 16, 24, 50, 79, 80, 86, 105

N

Narrativa 32, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 40

O

Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável 115, 120

P

Pandemia 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 17, 18, 23, 24, 26

Participação 8, 29, 30, 42, 49, 50, 52, 67, 71, 72, 74, 82, 83, 86, 94, 98, 121, 130, 131, 132, 136, 139, 140, 149, 152, 157, 176, 180, 182, 184, 185, 186, 187, 195, 198, 229

Pessoa com Deficiência 27, 175, 179

Políticas Públicas 10, 14, 15, 16, 17, 21, 25, 42, 56, 73, 101, 102, 103, 105, 106, 112, 114, 116, 146, 174, 175, 176, 177, 195, 210, 216, 219, 221

Pragmática 32, 33, 37, 38, 39, 40

R

Reconhecimento 15, 23, 46, 50, 51, 54, 55, 56, 73, 74, 76, 112, 143, 165, 181, 204, 210, 218, 220

Representações Sociais 78, 154, 155, 156, 157, 158, 163

S

Sala de Recursos Multifuncionais 125, 127, 128, 129, 130, 131, 133, 135

Sexualidade 79, 81, 82, 83, 84, 86, 211, 214, 217, 219, 220

Sistema Único de Saúde 210, 211, 212, 220, 221

Sujeitos Políticos 180, 187

T

Teatro de Dedoche 222, 230

Tecnologia 1, 3, 4, 10, 11, 15, 32, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 128, 129, 132, 134, 135, 148, 198, 232

Teoria Histórico-Cultural 88, 89, 90

Trabalho Docente 17, 90, 114, 176, 189

Transexualidade 210, 211, 213, 216, 217, 220, 221

Tutoria 154, 155, 156, 157, 159, 160, 161, 162, 163

U

Universidade 1, 3, 12, 14, 16, 17, 19, 25, 32, 40, 52, 59, 62, 64, 74, 76, 77, 78, 79, 88, 115, 128, 135, 146, 154, 155, 156, 158, 172, 178, 179, 180, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 194, 195, 197, 198, 199, 200, 202, 203, 207, 208, 209, 220, 222, 225, 230, 232

**Militância Política e
Teórico-Científica da
Educação no
Brasil**

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

**Militância Política e
Teórico-Científica da
Educação no
Brasil**

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 